

De volta ao futuro da língua portuguesa.

Atas do X^o UNICAMP Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa

Simpósio 24 - Literatura, história e imaginário do Brasil colonial: escritas e representações, 1641-1660

ISBN 978-88-8305-127-2

DOI 10.1285/i9788883051272p1641

<http://siba-esel.unisalento.it>, © 2017 Università del Salento

A POESIA DE GREGÓRIO DE MATOS EM JOÃO ADOLFO HANSEN: ARTIGO EM REPOSIÇÃO

João Carlos Felix de LIMA¹

RESUMO

O lançamento, em 1989, do livro *A sátira e o engenho*, de João Adolfo Hansen, trouxe inúmeras contribuições para a compreensão do denominado período barroco da literatura brasileira. Repensando as categorias que norteavam as descrições desse tempo, bem como comparando as obras entre si mesmas, e ainda atrelando a isso uma profunda leitura de documentos da época, Hansen pode reestabelecer como a “literatura” da época deveria ser pensada por categorias diversas das até então usadas como parâmetros, geralmente oriundas da obra de Heinrich Wölfflin. Segundo essa nova leitura, os paradigmas tanto de matiz romântica, quanto os de matiz neokantiana (caso de Wölfflin) seriam anacrônicas. Depois de reposicionar o nome de Gregório de Matos no seu próprio tempo, Hansen desencadeia uma vertente analítica que seria seguida em muitos passos por uma série de pensadores de calibre; esta vertente seria mote para leituras de outros autores, como o Padre Antonio Vieira, ou a poesia aguda de Portugal. Nosso artigo tentar rever os passos de *A sátira e o engenho*, pensando-a a partir de outras leituras (especialmente românticas), e contemporâneas ao autor.

PALAVRAS-CHAVE: João Adolfo Hansen; Gregório de Matos; Barroco.

ESTADO DA QUESTÃO

No século passado, depois que inúmeras tentativas de conceituação do período correspondente e conhecido como Barroco haviam sido feitas, sob a rubrica *Rettorica e Barroco*, Simpósio Internacional acontecido em Roma em 1953, um grupo de estudiosos reuniu-se para, por fim, conciliar ou afastar de vez o *maneirismo* que o termo recebeu ao longo das décadas, quando foi alvo de assertivas as mais variadas – desde os decisivos textos de Heinrich Wölfflin, passando por Simone, Francastel, Hauser, Argan, Hatzfeld, Carpeaux, Weizbach, Boase, Rousset e Chastel – seguido ainda dos densos e

¹ Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP). CSB 03 Lote 03 Ap. 109, CEP: 72015-535, Taguatinga-DF, Brasil. E-mail: jchilst@yahoo.com.br

eruditos ensaios de René Wellek. Inútil lembrar os esforços, algo, talvez, vãos, dessa tentativa, e o termo, ainda flutuante, poderia facilmente ser cooptado como uma das cláusulas aristotélicas de exclusão da ciência.

Até a década de 70 isso ainda era palpável nos estudos de literatura, quando o assunto despertou renovado vigor a partir de *A cultura do Barroco*, de José Antonio Maravall, publicado em 1975 na Espanha. Maravall se propunha dar mais consistência à abrangência que o barroco sustentava. Alguns daqueles autores que citamos concebiam o barroco como uma espécie de constante histórica a voltar tão logo seu Outro, o Clássico, se tornasse um hiato. Quanto ao livro, no entanto, havia nele uma grave falta, identificada por Adma Muhana no momento de seu lançamento no Brasil. Para ela, houve, no estudo, uma “subordinação incontestável dos textos poéticos e das artes a uma superordenação econômico-social” (1998: 53). Por isso mesmo, o livro não deixou de despertar em muitos leitores a sensação de derrotismo frente ao conceito e a impressão de vacuidade em face da abrangência estética supostamente alçada pela nominalização do período compreendido entre os anos de 1600 e 1750, datas arbitrárias, claro, mesmo que elas supusessem alguma coerência histórica.

Quando João Adolfo Hansen escreveu sua tese de doutorado, intitulada “A sátira e o engenho (um estudo da poesia barroca atribuída a Gregório de Matos e Guerra, Bahia 1682-1694)”, defendida, como se sabe, em dezembro de 1988, o quadro epistemológico geral em torno das artes e das poéticas do seis e do setecentos não havia sofrido nenhuma alteração drástica. Pelo menos é o que nos dá conta a historiografia das últimas cinco ou seis décadas. A pensar nas muitas exegeses da obra gregoriana – mesmo ela, recolhida com muita dificuldade em *Códices* errantes da Bahia e do Rio de Janeiro, e dispersos Brasil e mundo afora – e desde a biografia escrita pelo Licenciado Manuel Pereira Rabelo, no século XVIII, passando pelos românticos e contemporâneos, Gregório de Matos sempre foi considerado uma *persona* envolvida em um drama, isto em vista de sua variada obra: pouco se sabia de sua vida, e, de seus poemas, ainda não havia uma sistematização que lhes pudesse dar a *devida* dimensão.

Desde então, as coisas já não são assim. Armado, à época, de um arsenal incomum de erudição, e defendendo uma ideia às expensas da contrariedade, porque completamente fora do senso comum, Hansen embarcou *fria e solitariamente* em um barco, ébrio, num rio sabidamente mais ácido que a doçura daqueles engenhos. Embora sua erudição realmente espantasse qualquer espécie de frivolidade que envolvesse o assunto, a tese não deixou de despertar controvérsias na Esfera Pública, especialmente

depois de sua publicação em livro, em 1989. Os mais afeitos aos paradigmas *formativos*, derivados das teses de Antonio Candido, certamente se lembram de categorias como “Manifestações literárias”, em oposição à “literatura” propriamente dita, cuja consequência *natural* seria a exclusão de Antonio Vieira e Gregório de Matos. Ou de Haroldo de Campos, com a resposta ao “sequestro do barroco” – operada por Candido – instigado, como se sabe, por seu *paideuma*, a encontrar autores “vanguardistas” ou “inventivos” no passado. Ou Adriano Spínola, autor de uma controversa tese sobre as máscaras poéticas de Gregório de Matos, publicada como *As artes de enganar*. Ou, ainda, um dos livros mais comentados e lidos de Alfredo Bosi, *Dialética da colonização*, com abordagem diametralmente diversa da de Hansen. Isto, para ficarmos em apenas quatro importantes leituras feitas por autores contemporâneos.

Em todos os casos, a pleora de críticos que se debruçou em torno de Gregório de Matos é notável não apenas pela astúcia como foram se especificando nos detalhes da obra célebre, mas também no modo de entender o homem imerso nas brumas de um impossível desenlace. Os estudos de obra e vida de Gregório oscilaram entre o excesso e a falta. Quando pouco, foram autores infensos ao trabalho cavalgar que daria enfrentar milhares de documentos e outro sem número de poemas que mal se sabia serem do autor. Quando muito, carpidos em inúmeros pormenores desinteressantes ou mesmo desimportantes, sempre triviais, da suposta vida de Gregório, ou os mais infensos a esses pormenores, corriam pelo lado do exagero daquilo que não se podia provar. Exageros que aparecem, principalmente, mas não só, nas primeiras obras e biografias sobre o poeta, ainda no século XIX e XX adentro, evidentes não só por aquilo que jamais resolveriam, historicamente, mas também pelo que, imaginariamente, sobressaltava nas lides da Colônia.

Em vista disso, certamente o caminho escolhido por João Adolfo Hansen não foi dos mais fáceis e sua obra não se ressentiu de pensar, em alguns casos, repensar, os aspectos que cingiam a desenvoltura da chamada *literatura* colonial. Como mote para o entendimento do campo literário, no entanto, se tomarmos apenas *A sátira e o engenho*, talvez não seja possível entender o quanto a trajetória intelectual de João Adolfo Hansen estaria ancorada em um *fait divers* comovente, dados os *insights* da tese, a incomum cultura, e os finos aspectos que tangem o centro de sua atenção dedicada aos poemas seis e setecentistas. A par de redes hermenêuticas mais profundas, o leitor atento perceberá que muito do ali contido acaba sendo parte de um repensamento da literatura brasileira – que se faz acompanhar também de um repensamento da história literária – e

de uma monção individual incisiva no sentido de despertar, na crítica, uma atenção investigativa diferente da forma como então vinha ocorrendo, no Brasil².

Como exemplos desse aspecto, há os livros iniciais de Hansen, que transitam pela investigação da literatura moderna brasileira, como o livro de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, tal o *O*, sua dissertação de mestrado, à *pura* teoria e história literária – como em *Alegoria* – escrito dois anos antes da defesa da tese, em 1986. No caso do último, fica a impressão de que os temas que envolveriam a composição de *A sátira e o engenho* já estavam pelo menos ali enunciados, e que abrangeria uma reposição, embora indireta, do conceito de *literatura*, levando em conta toda a tradição ocidental do importante conceito de alegoria e metáfora. Esses livros, compostos em épocas distintas da tese, prenunciam, talvez mesmo inconscientemente, os temas que comporiam a obra de uma vida. Um fato que talvez tenha corroborado isso seja a percepção de Hansen em repensar o conceito de literatura, bastante bem lida na realidade e tempo dos românticos alemães, sobretudo. Segundo eles, a obra literária surgiria na enormidade do Eu e nas fraturas da subjetividade e do gênero. Em retrospecto, no caso de uma colônia portuguesa, no século XVII, essas ideias estariam em um não-lugar, visto sua *forma mentis* ser-lhes absolutamente extemporânea.

Para os pouco aficionados na obra de Gregório de Matos, vale a pena refazer, mesmo que rapidamente, o nome do poeta seiscentista, a fim de que a questão não fique dimensionada apenas pela escrita de Hansen. Cabe antes lembrar que Gregório de Matos só será publicado em livro em 1850, por Adolfo Vernhagen, no *Florilégio da poesia brasileira*; por aqui já começam os problemas. Neste tempo, ele será recebido pelos românticos brasileiros, no que tem especial interesse a obra de Sílvio Romero, que lhe enceta pelo menos quatro características, que, no cômputo geral, se foram repercutindo *ad infinitum* na crítica póstera: “o *abrasileiramento da língua*; a tendência à *hostilização galhofeira recíproca entre o negro, o branco e o índio*; o *germe de uma consciência de que nossa população já se diferenciava da europeia*; [e] o *manifesto descontentamento dessa mesma população diante da metrópole*” (DIMAS, 1993: 341-342, grifos meus). Um seu contemporâneo, José Veríssimo, abona, por outro lado, que Gregório não passaria de um “‘servil imitador’ de Quevedo”, o famigerado plágio. Esta

2 Até onde alcançamos, identificamos o primeiro plano de repensar as letras coloniais na produção de Hansen no texto “Vieira, estilo do céu, xadrez de estrelas”, publicado em 1978, na Revista de filosofia *Discurso*, do Departamento de Filosofia da USP. Neste texto, encontram-se as principais linhas que contornam e dão forma à hermenêutica de João Adolfo Hansen, no que se refere às Letras Luso-Brasileiras, e pode ser considerado o *ur-text* das questões coloniais, com as quais Hansen se moverá até os dias de hoje, daí sua importância.

seria, por sua vez, a quinta característica presente no ideário da crítica e uma constante que também ecoará por muito tempo. João Carlos Teixeira Gomes estudou muito seriamente a questão, em *O boca de brasa*, redimensionando-a. A par desses excertos, fica claro o quanto se deve a este acolhimento o decantado gosto que se deu à obra gregoriana.

No século XX, sucedem-se alguns biografismos levianos, segundo Antonio Dimas, que dispensam maiores comentários, como o livro de Rossini Tavares de Lima, *Gregório de Matos, o boca do inferno*, de 1942. O caldo começa a decantar melhor com a publicação de *Gregório de Matos e Guerra: uma revisão biográfica*, de Fernando Rocha Peres, da qual dispomos de uma cronologia *mínima* da vida do poeta, baseada na revisão e no estudo de documentos da Colônia. Poucas obras, porém, reclamarão tanta discussão quanto *Formação da literatura brasileira*. A tese central do livro, bastante conhecida, seria aceita por muitos estudiosos. Exposta com muita elegância, ela indica que nas obras anteriores à data arbitrária de 1750, sociologicamente, não se veria a conjugação do termo literatura, congruente nos termos *autor*, *obras* e *público*. Anterior a isso, teríamos obras inscritas como “manifestações literárias”. Antonio Candido conjectura a hipótese de que, como só foi publicada por Vernhagen décadas depois da morte de Gregório de Matos, já no romantismo, como dissemos, o poeta não teria influído *literariamente* no seu ambiente, por isso, o paradigma de Candido não o pôde conter.

Posteriormente, dúvidas seriam postas sobre alguns detalhes do livro, especialmente no caso de Antonio Vieira e Gregório de Matos. Foi um ex-orientando de Candido quem lhe após a tese até então mais séria a respeito disso. Haroldo de Campos, armado do arsenal da Desconstrução derridiana, e apoiado em traços igualmente fortes da semiótica moderna (especialmente Jakobson) e em Nietzsche, opera uma leitura descentralizadora, rejeitando justamente o *logos* e a ideologia *substancialista* impressos no texto de Candido. O ensaio de Campos foi publicado no mesmo ano que o de Hansen. Mas levaria sete anos até que Campos aportasse algumas críticas ao livro de Hansen na esfera pública brasileira.

Tautologicamente, é claro, história é história. No entanto, em todos os casos, talvez tivéssemos melhor ancoragem crítica caso dispuséssemos, publicados sob modernos critérios filológicos, do *corpus* literário destes séculos iniciais, infelizmente, dispensado em quase todos os casos aqui mencionados. É o que perpassa a tese do professor Marcello Moreira, ao estudar alternativas viáveis de edições críticas ao *corpus*

poético de Gregório de Matos, problema enunciado por Antonio Houaiss décadas atrás, e incontornado pelos filólogos. Nos exemplos dados por Marcello Moreira, ex-orientando de doutorado de Hansen, demonstra-se como as recentes propostas de edição conformam um tipo de leitura, que acabará se estendendo por todas as edições que se sucedem a ela. Daí que o aparato por que se move Moreira se resvale em seguros tópicos motivados pela Estética da Recepção, especialmente em Hans Robert Jauss. É importante lembrar que a iniciativa de Moreira encerra-se nos mesmos termos de reavaliação das obras desse tempo. Por isso, o longo texto de Hansen como prefácio ao livro de Marcello Moreira indicar com imensa profusão de nomes as mesmas tábuas de salvação na leitura de Gregório de Matos. “A questão da autoria dos poemas é radicalmente alterada, porém, quando se examina a materialidade mesma dos códices” (HANSEN, 2001: 32)³. Hansen argui a respeito das manobras e tentativas de materialização de edições críticas, até então, inviáveis, por fatores que não cabem no espaço deste ensaio.

Claro, argumenta Moreira, as intenções e escolhas interpretativas dos organizadores influiriam nas leituras posteriores. “A introdução dos poemas no interior do códice promove parcialmente sua ressemantização” (1989: 88). Está claro também não ser apenas a expansão crítica romântica a proceder em uma *atualização retrospectiva*, antes, a própria condição dos poemas seria já a causa de releituras ou de ressemantizações *a posteriori*. São muito consequentes as perguntas feitas por Marcello Moreira em seu texto:

medeiam décadas entre as épocas em que viveu o suposto autor do *corpus*, hoje enfeixado sob o seu nome, e a época em que a maioria dos códices foi produzida. Como não restam manuscritos autógrafos de Gregório de Matos e Guerra, temos apenas manuscritos apógrafos produzidos por letrados locais, sobretudo ao longo do século XVIII. Como ponderar criticamente distância que separa o poeta a quem é atribuído o *corpus* que leva o seu nome e que foi produzido por outrem, décadas após sua morte, dos artefatos bibliográficos-textuais que constituem a tradição? (1989: 88).

Hansen, em *A sátira e o engenho*, não se questiona a respeito das datações dos manuscritos utilizados por ele, mas isso não desiste, ou abdica, dos problemas que essa importante colocação admite; fica claro que Hansen está mediado pelos próprios paradigmas levantados na sua leitura que estamos enunciando aqui. O trabalho de

3 Note-se que Francisco Topa publicou em 1999 uma edição crítica da obra gregoriana. Marcello Moreira comenta, no primeiro capítulo de sua tese de doutorado, as decisões que se cercou Topa na composição e escolha de textos.

Moreira firmou-se como parte desse processo de atualização filológica, que é absolutamente necessária, não há dúvidas. Quanto a essa importância, Marcello Moreira exemplifica que o cônego Januário da Cunha Barbosa escreve, nos idos de 1841, uma biografia de Gregório, inserida na Coleção dos brasileiros ilustres, daí que dispense sobre isso a seguinte pergunta nada retórica: em que medida “um homem nascido na América portuguesa, no século XVII, pode ser chamado ‘brasileiro?’”. Questiona-se ainda qual sentido haveria nos termos “nação brasileira”. O fato é que o cônego estava inscrito na roda da virtude do *nacionalismo romântico*, patrocinada pelo Imperador, D. Pedro II. O momento era propício para se repensar a nação *brasileira* sob os auspícios da Independência, que já completava 16 anos. “Os institutos históricos provinciais articular-se-iam, dessa maneira, com o processo de centralização do Estado imperial, pois participariam da criação dos suportes necessários para a construção brasileira” (2011: 62-3). O poeta passava por um processo de abasileiramento, provavelmente o primeiro, dos muitos que viriam, que se faria sentir ainda na apropriação da *Vida do excelente poeta lírico o Doutor Gregório de Mattos e Guerra*, de Manuel Pereira Rabelo, pelo mesmo Januário da Cunha. O que se segue são as inúmeras tentativas de recriação desse ambiente incididas por mentalidades ou temporalidades alheias ao tempo histórico.

CONSTRUÇÃO DE A SÁTIRA E O ENGENHO

O livro de João Adolfo Hansen revê todas essas questões no capítulo de entrada, quando considera “o nome por fazer”, ponderando as recensões e as escolhas estéticas proferidas nas muitas leituras da obra de Gregório de Matos. Um a um, eles vão aparecendo para depois serem realocados dinamicamente.

Segundo Hansen, a sátira de Gregório pretende-se “simultaneamente como o material e o produto de uma intervenção presente” (2004: 32). Como dissemos, a recepção romântica acabou substancializando o nome, e Hansen enfatiza que, em Gregório, mesmo dando lastro a uma intervenção presente, seu nome, “no sentido subjetivado do termo, não tem importância, rigorosamente falando” (2004: 33). Foi preciso um *aggiornamento* histórico bastante preciso das condições de *produção* e *recepção* das obras na Colônia, bem como a identificação simultânea das condições

históricas que motivaram sua leitura. No ensaio “Razões de Estado”, Hansen afirma: “Dissolvida a unidade da cristandade, os temas laicos se desatam e simultaneamente convergem na demanda de um princípio, uma *auctoritas*” (1996: 135). De fato, o *crack* produzido pela Reforma Protestante acabou produzindo nos países católicos um repensamento das ordens políticas tradicionais, colocando no mesmo patamar tanto luteranos quanto calvinistas, maquiavelistas, galicanos, tacitistas e anglicanos: em pouco tempo isso tornou-se uma oposição de “teologias e teologias”. Como o reino de Portugal e a Península Ibérica são pródigos de interpretações contrarreformistas, é claro que isso seria sentido nas Colônias, dada a presença da Inquisição que foi uma constante nelas. O principal teórico desse estado de coisas será Suárez, que recomenda uma espécie de “pacto de sujeição”, promulgando, no *Corpo Mystico* do Reino, uma “*unidade de integração* das partes do ‘corpo à cabeça’”, (1996: 138). “A metáfora do corpo é substancializada nos textos neoescolásticos dos séculos XVI e XVII”, tornando-se, também no Brasil, “os fundamentos do direito absoluto e do Direito ordinário”, que o mesmo Gregório, segundo seus melhores biógrafos, estudou em Coimbra.

Claro que tudo isso figurou-se caro a Hansen, especialmente se se considerar que toda a sua leitura pretende-se não-anacrônica, por isso, os densos capítulos que formam o livro deveriam ser lidos por ótica similar. O tema da Cidade, candente em todas as importantes leituras da fortuna crítica de Gregório, por exemplo, e presente num sem número de poemas, será lido por Hansen não como um *olhar exterior* a ela, mas, hierarquicamente, *a partir* dela: “[a cidade] inclui, em sua formulação, a mesma teologia-política que rege o bom uso da república na teoria e no controle da natureza humana” (2004: 49). Similar motivo se insere na leitura da *persona* satírica, já que ela

interpreta o que vive fazendo com que as leis positivas da cidade sejam um efeito racionalmente proporcionado da lei natural da Graça (...) sua agudeza e seu artifício montam um teatro extremamente móvel e inclusivo que postula, pela translação metafórica dos conceitos, os pontos de falha e de falta de antigas virtudes”, [tal que] ‘somente a natureza humana é objeto da sátira’ (2004: 49-50).

Arelado a isso, está o conceito de *Corpo Mystico*, balizado na teologia medieval, que se move nos termos da *República*, considerando-se a ordem do Estado Português. Ernst Kantorowicz, um dos principais teóricos dessa leitura político-teológica, postula que “os Dois Corpos do Rei (...) constituem uma unidade indivisível, sendo cada um inteiramente contido no outro. Entretanto, não pode haver dúvida em relação à superioridade do corpo político sobre o corpo natural” (1998: 23). Hansen

abona essa ideia, quando indica: “a doutrina do ‘corpo místico’ referida ao Estado significa o estado de natureza como ‘simples corpo místico’ em que todos os membros reconhecem as mesmas obrigações, pautam-se pelas mesmas regras e ‘são capazes de ser considerados, do ponto de vista moral, como único corpo unificado’” (2004: 117). A Colônia portuguesa seria também parte desse imenso esforço de identificação política com a Coroa, que está, neste tempo, imersa nas considerações de estudiosos de teólogos como Suárez, na sua leitura de santo Tomás de Aquino, no movimento convencionalmente chamado *Segunda Escolástica*. Bernardo Vieira, irmão do padre Antonio Vieira, diria, ademais, “quem diz Brasil diz açúcar e o açúcar é o corpo místico deste corpo místico que é o Brasil” (2004: 132).

A sátira proferida por Gregório de Matos movimentaria uma tripla tensão, baseada em uma “referência genérica”, e também apoiada em uma referência local, todas fundamentadas em uma “articulação pragmática da enunciação ou dramatização de posições hierárquicas e de intervenções críticas e prescritivas”, (2004: 70). Nela, completa Hansen, “o plágio é estrutural”, (2004: 71). Logo, a sátira “estende-se a todos ‘desde que suas ações ponham em risco a integridade da hierarquia do corpo místico do Estado’”, (2004: 52), a sátira é “reguladora”, “*não está, de modo algum, contra a moral*”, (2004: 57, grifos do autor).

Uma das críticas mais acerbadas à tese de Hansen é que ele não abre espaço para nenhum tipo de “originalidade” referida nos poemas gregorianos, tamanha a rigidez do círculo hermenêutico por ele configurado no contorno da obra gregoriana. Isso não seria muito diverso de pensamentos a respeito da “literatura” produzida antes do século XVIII romântico, pois que termos como “subjetividade”, “genialidade”, “originalidade”, seriam, todos eles, colocados em circulação por este tempo. Também por isso, nem Haroldo de Campos, nem Antonio Dimas se sujeitam ao paradigma hanseniano, pelo contrário, verão em suas teses o principal ponto de partida de suas inúmeras ressalvas. Dimas, por exemplo, assevera: “o estudioso minimiza o valor do talento individual na construção poética ao insistir numa espécie de subserviência – embora não seja esse o termo utilizado – do Poeta a códigos poéticos muito em voga então (...) dito de forma mais clara: Gregório nada trouxe de novo a uma poética em franca vigência” (1993: 341-2). Haroldo de Campos, paralelamente, vaticina: “Hansen vanifica de uma vez por todas o próprio autor indigitado, transformando-o num mero efeito semiótico (e fantasmal) do código que manipula” (1996: 5).

Quanto a isso, já na primeira resenha proferida em favor do livro, Antonio Medina Rodrigues, mais afeito à tese central de Hansen que outros críticos, expõe, de outro modo, esse problema em Gregório: “Hansen trabalha basicamente com duas coordenadas, uma historiográfica e documental, outra dogmática e analítica”, para, depois, recompor: “entre os documentos e os poemas se interpõe um mesmo sistema de valores e predicamentos” (1993: F-3). Neste ponto, talvez, se encontre o principal nó da discórdia não sentido por alguns leitores de Hansen, o acordo histórico que cerca a ampla e acerba pesquisa de campo feita por ele, isto é, a leitura cerrada de mais de 100 anos de documentos que cercam a construção e a feitura legal e administrativa da Colônia – bem como a produção de cultura nesta época – muitos deles, inclusive, mobilizados, escritos ou recebidos pelo próprio Gregório. Em consonância ao que falávamos a respeito de Sílvia Romero e José Veríssimo, quando do lançamento da obra poética completa de Gregório em livro, sob responsabilidade de James Amado, Alcir Pécora indicava que, para uma leitura histórica das obras coloniais, dever-se-ia ancorar diversamente do fundo epistemológico operado pelo romantismo brasileiro, dizendo, claramente, ser um problema atual na leitura do cânone brasileiro:

a análise objetiva e avaliação justa do corpus gregoriano também foram prejudicadas pelas expectativas nacionalistas que prevaleceram até recentemente nos estudos das obras da colônia, que apenas valorizavam enquanto manifestações de vestígios ou prefigurações do que depois viria a ser concebido como uma nacionalidade brasileira autônoma em relação a Portugal (2001: D-1).

A respeito tanto da crítica de Haroldo de Campos quanto da de Antonio Dimas, Hansen praticamente nada apõe a eles. Com a mesma tinta da tese, revive os paradigmas e repõe os dados que, dez anos antes, estabelecera. As palavras de Haroldo de Campos também não ferem de morte a tese, reclama-lhe, apenas, sua contraintuição, e sua recepção posterior, como a feita no século XVIII, ou por Caetano Veloso, no disco *Transa*, de 1972. Para todos eles, vale a nota 126 da página 85 da segunda edição do livro:

é comum, nos estudos sobre a poesia atribuída a Gregório de Matos, não analisá-la segundo sua historicidade, mas prefixar a paródia como modelo ou cânone de toda a sátira e levantar modalidades irônicas nos poemas, identificando-as com paródia, como resultado que prova o provado. Isso também tem lugar no Brasil com a generalização do conceito de ‘sátira menipeia’ e de ‘carnavalização da linguagem’. Identificada a sátira menipeia ou paródia, aplica-se o conceito de paródia à produção satírica de modo que a

paródia passa a demonstrar a sátira. Como a paródia é hipostasiada como oposição política, tem-se que toda sátira faz oposição política: eis ‘Gregório’ *anárquico, libertino, pré-nacionalista e outros mitos de carnaval*” (grifos nossos).

O que a *persona* satírica expressa nos poemas atribuídos a Gregório? Segundo Hansen, ela é vazia, etimologicamente, e se estende nominalmente ao conceito, o que significa que é uma “convenção retórica”, uma espécie de “ator móvel”, que recebe um grau de investidura institucional. A *persona* satírica está fundamentada teologicamente e é contrarreformista. É bastante sintomática, nesse sentido, a hipersensibilidade ancorada pelas primeiras edições da poesia gregoriana. Na edição de Vernhagen, por exemplo, ele deixa de fora o poeta “truão e chocarreiro”, a poesia “menos decorosa”, a ponto de, durante décadas, perdurar essa “interdição”, arrastando-se até “quase os dias de hoje, estorvando [su]a plena integração”, como informa Antonio Dimas no artigo citado.

É óbvio que, se entendemos bem o texto de Hansen, essa compreensão trará consigo inúmeras consequências para sua epistemologia e abrangência histórica. No caso de sua própria obra como um todo, Hansen radicalizará seu veio interpretativo para além de Gregório de Matos, e investirá contra a noção de Barroco.

Voltando aos termos da expressão satírica em Gregório. Hansen responde como alguns contágios da obra gregoriana se satisfazem com seu preceituário:

seria ingenuamente esquemático postular a empiria, propondo-se um nexos mimético imediato, sem mediação do artifício poético, entre ‘farinha’ (e ‘açúcar’, ‘moeda’, ‘soldados’, ‘padres’, ‘governadores’, ‘mulatos’, ‘senhores’ etc.) e ‘sátira’: tal nexos é redutor, pois a sátira *não é segunda* em relação às farinhas dos outros: seu discurso é tão real quanto elas (...) ela [a sátira] é mista e genérica, pois opera com tipos. São condições, porém, para especificar outras posições hierárquicas no referencial local, donde a pertinência da análise das cartas e atas”. (2004: 177).

Ora, desta conjunção, fica, talvez, mais fácil apreender quem seria o destinatário da sátira. Já que se falou tanto de República, Hansen indica, por isso mesmo, “toda a população esfaimada com que a *persona* se identifica no pranto, na medida mesma em que, na sociedade portuguesa do século XVII, o ‘público’ é justamente a esfera do ‘bem comum’”. Sendo, diretamente, “[a] Câmara e o governador[,] constituídos como cabeças irresponsáveis donde uma medida deveria vir para sanar a carência dos membros do corpo político”, (2004: 179).

Nesse sentido, a *catarse* operada pela sátira visa tão somente a manutenção do corpo político da Colônia, dispensado de qualquer tipo de configuração *literária* puramente falando, dispensado também de qualquer tipo de realização *desinteressada*, no sentido dado por Kant ao termo. Pelo contrário, a sátira investe-se, interessadamente, na sustentação do poder local, que é o representante do poder real, o corpo político que é o *corpo mystico*. A sátira participa da ética contrarreformista. Por isso deve-se lê-la na suposição de um tipo especial de decoro, já que ela é alegoria:

a sátira e sua obscenidade determinada têm uma função alegórica de dirigismo político aristotelicamente determinada: propõem-se como *catarse*, purgação de paixões, como arte de persuasão. Como caricatura, a sátira menospreza o *aptum* e, reduzindo ao mínimo a verossimilhança com o excesso e a mistura, tem em vista o destinatário, de quem espera a cumplicidade e o deleite favoráveis à causa que a move. (2004: 200).

Nesta alegoria, que se move enquanto intervenção reguladora, “negros”, “índios” e “mulatos” são “invisíveis e irrepresentáveis”. Eles estão, segundo Hansen, em escala hierárquica inferior, daí que a sátira os proclame como indignos de se ver e de se dizer. Eles são “sub-humanidade gentia”, (2004: 220). É aqui também que se pode realocar a forte presença do léxico *abrasileirado*, especialmente de base indígena, que permeia toda a produção gregoriana, respondida por Hansen nos termos da “prescrição retórica da clareza pelo controle do barbarismo”, e somente distante dessa prescrição é que se poderia entender “protonacionalismo”, ou “antropofagia cultural” ou mesmo “forma revolucionária”, termos, não custa repetir, ausentes de toda a preceptística adotada por Gregório de Matos, inenunciável, como se pode concluir, a essas manifestações próprias à cadência romântica.

A sátira é parte dos próprios procedimentos da Inquisição, então vivíssima e atuante. Por isso, as *denúncias* da sátira, pois é disso mesmo que se trata, serem consideradas como propostas de conserto do mundo, no que assumem exemplaridade notável. “Não se trata, por isso, de pensar mecanicamente as práticas inquisitoriais como um resultado histórico que seria origem da sátira: não há tal relação de exterioridade da representação entre seus discursos, mas uma simultaneidade que impede ver a sátira como um reflexo ou cópia estilizada, decalque *a posteriori* de formas preexistentes”, (2004: 246). A igreja é controladora dos corpos porque ela mesma é corpo jurídico visível. Na época, esses são temas amplamente debatidos por jesuítas e dominicanos desde 1546, sob a luz vigorosa do Concílio de Trento. “Por analogia, o *corpus hominis naturale* é termo de comparação com o *corpus Ecclesiae*

mysticum: é o termo *caput* (cabeça) que, basicamente, efetua a relação”, (2004: 267). Os termos, em sua maioria, são retirados às expensas de santo Tomás de Aquino, como o leitor mais familiarizado pode perceber, e foram retomados, tanto pelo Concílio quanto pela Segunda Escolástica (Francisco Suárez, Tirso de Molina, Pedro da Fonseca, Francisco de Vitória etc.). Na colônia, aliás, embora as leis *positivas* fossem escassas ou inexistentes, isso não significava ausência de lei, pois que a lei *natural* era uma espécie de *consenso legal* e tinha tanto efeito quanto sua realização positiva, representada como a “passagem do estado de natureza para a sociedade política”, (2004: 279).

Como dissemos, o plágio é estrutural, já que é gênero misto. A sátira “junta falas heteróclitas e sobredetermina o discurso” (2004: 293). Nada na sátira gregoriana pode ser identificado, segundo este paradigma, com os conceitos de liberdade, exuberância, imaginação e outros incondicionados, que Hansen grifa com meticoloso cuidado.

Ainda pensando os temas discutidos por Gregório, figurações como “misoginia”, “sangue limpo”, outra vez, “mulato”, fazem parte do mesmo lugar retórico, não indicando, com isto, outra coisa senão o controle dos corpos, já expresso nas *tópicas* de sua poesia. “Os paradigmas culturais da misoginia, da limpeza de sangue, da cultura original e da desonra das artes mecânicas, que interpretam tais metáforas, são natureza inquestionada gravada nos corpos e nas práticas, sem que se fale do conhecimento náutico” (2004: 377). Trata-se de “desqualificação genérica segundo as tópicos da ‘raça’ e ‘origem’, não a especificidade da raça desqualificada”, p. 411. O judeu segue lido da mesma forma. Como se vê, não há espaço para a tão declarada e difundida ideia de *transgressão* nesses poemas.

É equivocado ler nesses poemas qualquer ética ‘transgressora’ de interditos sexuais e religiosos, supondo-se que expressam a vida espantosamente libertina de seu autor, o homem Gregório de Matos: não há nenhuma evidência de que sejam efetivamente dele e, ainda que fossem, são poesia, ficção, e seu antipetrarquismo é antes o dos efeitos monstruosos cuidadosamente dosados, cujos estereótipos fazem visível não a afirmação de bruxaria e seu pecado mortal, mas aquilo que os interpreta como sua consequência lógica – a ortodoxia e sua obsessão maníaca de unidade e unificação. (2004: 440).

Difícil não perceber a novidade trazida pela tese de Hansen. A originalidade da abordagem foi imediatamente reconhecida pelos membros de sua banca de doutorado. Logo após a defesa, Alfredo Bosi publicou parte do terceiro capítulo na *Revista do Instituto de Estudos Avançados* (maio-agosto de 1989, v. 3, n. 6), e, um ano depois, a

tese foi integralmente publicada pela Companhia das Letras, já então uma das maiores editoras brasileiras. O autor recebeu o Prêmio Jabuti de Melhor ensaio, fato amplamente divulgado na Imprensa da época. Os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* perceberam a importância do fato a ponto de comporem cadernos com matérias especiais, a expensas de notórios especialistas em literatura e história.

Retroativamente, duas décadas antes, os estudos literários da Colônia ainda eram tratados com algum tipo de preterição pelos departamentos de literatura em algumas universidades brasileiras, claro que, resultado, também, das dificuldades já aqui evocadas. Repensando seus anos iniciais como professor de literatura brasileira na USP, Alfredo Bosi – que vinha de uma experiência como professor de literatura italiana, não custa lembrar – afirma que, na década de 70, os textos coloniais eram tidos sob a figura da ignomínia, do desprezo, nos estudos literários brasileiros. Ainda hoje, em muitos departamentos universitários, os trezentos e cinquenta anos iniciais do País acabam sendo estudados por professores “novatos”, ou por aqueles que se integram à universidade via contrato temporário. Naquela época, pelo menos em São Paulo, o romantismo e o modernismo ainda eram os principais tópicos estudados. A própria experiência de Hansen, segundo nos diz em inúmeras entrevistas, é similar à destes professores novatos, isto é, como motivação inicial – Hansen já havia defendido uma dissertação de mestrado sobre literatura brasileira contemporânea, como dissemos – acabou flertado pela curiosidade em entender os períodos iniciais de nossas letras coloniais.

Dois anos atrás, em palestra a respeito da função do estudo da retórica, Hansen voltou a falar do estado dos estudos coloniais. Hoje em dia, segundo ele, mesmo na própria Universidade de São Paulo, há já algum tempo o Barroco foi colocado como disciplina optativa na grade dos alunos de graduação. Isso significa, como se sabe, o purgatório das disciplinas que tendem a desaparecer com o tempo, dada a emergência do tempo presente⁴.

No caso dos principais livros formadores da opinião crítico-literária no Brasil, isso se pensarmos no caso da historiografia literária, como é o caso da *Formação da literatura brasileira*, talvez essa opinião se acerbe ainda mais. Gregório e Vieira seriam

4 É esse o diagnóstico de Hansen, expresso em entrevista deste ano: “na literatura brasileira, os estudos de colônia foram transformados em disciplina optativa do último ano. Há um consenso em toda universidade de que esses assuntos devem ser excluídos da graduação. Caso alguém queira estudá-los, talvez eles sejam objeto de especialização numa pós-graduação. Em 90% dos casos, a concentração é no século XX”, in: Garcia, Bruno. “João Adolfo Hansen. Desencolher de cabeças”, Revista História da Biblioteca Nacional, ano 10, n. 112, jan 2015, p. 46-7.

parte de um efeito *colateral*. Outros livros de História Literária os estudam, mas não deixam, também eles, de reprisar os inúmeros lugares comuns de fala a respeito do Barroco. É o que parece: a tese de Hansen continua anti-intuitiva.

A RADICALIZAÇÃO EM OUTROS TERMOS. AS RUÍNAS DO BARROCO

Na edição número 2 da Revista *Teresa*, publicada em 2001, Hansen lança mão de seu capital cultural para refutar, ao que se sabe, a tentativa até então mais assertiva de periodização dos séculos XVI e XVII, entendida como Barroco. Inútil aferir qualquer etimologia, diz ele. O problema estaria, vez mais, na assunção, talvez indevida, talvez anacrônica, de um termo que foi composto em meados do século XIX, “uma categoria”, diz Hansen, “neokantiana apriorística” (2001: 12). A nominalização do que se entende por barroco acaba, segundo Hansen, em ruínas, visto que, justo o que lhe aferiria veracidade, a História, estaria dissociada do objeto de sua nominalização: “o ‘barroco’ nunca existiu historicamente no tempo classificado pelo termo”. As categorias proferidas por Wölfflin ser-lhe-iam “dedutivas e exteriores”. Caímos num desiderato. Hansen entende algumas periodizações histórico-estéticas como muito fáceis, algo triviais: Idade Média, Barroco, Renascimento, todas elas seriam nominalizações empobrecedoras, visto cobrirem um leque muito vasto de obras a se proferirem, *exteriormente*, e essas nominalizações eliminariam exatamente o melhor que as obras artísticas têm a oferecer: a singularidade peculiar a cada forma cultural.

Ora, seria o caso de aceitá-las como categorias históricas e estéticas se o apelo dessas nominalizações pudesse contemplar a especificidade das obras de arte por elas lidas, tal não acontece, especialmente no que diz respeito ao barroco. Cada lugar e cada arte desse tempo apresenta, nesse sentido, diversidades notáveis, não apreendidas pelo conceito. No caso da estética, essa nominalização é ainda mais perversa, segundo Hansen, já que “não passam de generalidades formuladas como deduções e analogias (...) que explicitam mais as disposições teórico-ideológicas dos lugares institucionais que as aplicam que propriamente a estrutura, a função e o valor históricos dos objetos”, (2001: 14). As categorias estéticas reconhecidas como barrocas, tais como *rebuscamento*, *dualidades*, *jogo de palavras* (que poderiam ser multiplicadas indefinidamente), seriam, ademais, “esquemas universalizados a-criticamente”, e, pior,

elas estariam ausentes de qualquer “fundamentação empírica”, já que nunca as *letras* se autonomizaram esteticamente nesse tempo. Hansen entende que ao analisar este período antes ganharíamos se interpuséssemos a noção de *forma mentis* como espécie de categoria histórica, como dirá ele em outro texto⁵.

As histórias literárias que prosseguissem no ajuizamento das obras seguindo os padrões de Wölfflin, isto é, *positivistas, teleológicas, nacionais*, correriam o risco, mais uma vez, de incorporarem em seu *corpus* descritivo apenas uma etapa para outros contínuos históricos, oscilando entre o sujeito transcendental kantiano e o sujeito absoluto hegeliano. “Os usos dedutivos e transistóricos de ‘barroco’ são obviamente históricos, incluindo-se em programas políticos de apropriação do passado colonial objetivamente interessados na produção de tradições nacionalistas e desistoricizações neoliberais”, (2001: 17). Em nota a esse texto, Hansen subscreve que a leitura mais generalizada do barroco dá-se por meio da “tradição romântica e hegeliana proveniente dos antiquários do século XVIII”, dos quais se pode citar Herder e os irmãos Schlegel. Caudatário dessa noção, ou pelo menos de noção muito similar a esta, o projeto de Candido se explica no sentido de que ele não poderia aderir ao barroco, pois Gregório e Vieira seriam entendidos como parte de “representações despóticas”, e seriam “exteriores ao projeto” (notas 15 e 13 do texto). Devido a isso também, e para serem consistentes, as histórias literárias não poderiam prescindir de condicionantes do tempo de produção das letras coloniais, tais como foi a forma de recepção das sátiras, dos poemas religiosos, a “retórica” específica da representação de que fala Hansen, enfim, deveriam considerar a “normatividade material dos poemas para evitar juízos transistóricos” (2001: 33).

Quando lemos os inúmeros estudos voltados para a compreensão da realidade histórica brasileira, ou em vista de sua tradição letrada, entendemos como se tornaram literalmente superafetadas e distorcidas, ou como perderam de foco o objeto supostamente descrito. Dessas superfetações estáticas, até o “caráter” do brasileiro seria barroco, dado que *contraditório*, como se essa descrição tivesse em vista o que se pretende. Por isso mesmo, como categoria que *tudo* encerra, ela *nada* encerra porque tudo diz:

5 Recentemente, na edição das obras completas do padre Vieira, Hansen afere que esta seria, de fato, a melhor forma de ler autores como ele, tal que se expressa assim: “vou entrar na cabeça de Vieira, ficando ao mesmo tempo fora dela (...) para tentar pensar *com* ele e dizer *como* ele pensa”, HANSEN, João Adolfo. “A Chave dos profetas. Deus, Analogia, Tempo”. In: Calafate, Pedro (Org.). *A chave dos profetas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Círculo de Leitores, São Paulo: Loyola, 2013, pp. 11-56 (grifos do autor).

é discutível, quando se consideram historicamente as representações desse tempo, que a produção de formas dinâmicas, curvas, serpentinadas, enrugadas, confusas, confundidas, enroladas, quebradas, dobradas, espelhadas, acumuladas, ornamentadas, antitéticas, opostas, contrapostas, hiperbolizadas, labirínticas, deformadas, anamórficas, alegóricas, claro-escuras, herméticas etc. seja necessariamente decorrência de qualquer espécie de irracionalismo, dilaceramento e angústia” (2001: 22).

Segundo Hansen, “todos os grandes tratados retórico-poéticos do século XVII que chegaram ao Brasil por meio, principalmente, da Companhia de Jesus (...) recorrem ao *Organon* e ao *De anima*”, o que indica a recuperação neo-escolástica de Aristóteles, como dissemos. Isto propiciaria as representações de afetos, visto a centralização de poder monárquico, evidentes em Vieira e Gregório. Contra a razão *barroca*: “supondo-se que os autores desse tempo tivessem querido representar paixões individuais ‘barrocamente’, coisa vulgaríssima e sem arte sumamente indecorosa na sociedade corporativa luso-brasileira do século XVII, nunca o teriam feito sem aplicar formas do todo social objetivo, como formas coletivas de poder assimetricamente partilhado” (2001: 23).

Quanto ao público, embora já tenhamos lidado com o conceito antes, Hansen relembra de novo que os padrões iluministas, românticos, modernos ou pós-modernos, serão eles mesmos de aplicação anacrônica, visto serem parte daquela superposição de tempos.

Para Hansen, aspecto bastante notável da poesia e da oratória sacra, pouco conhecida, é a presença de *performances*, demarcadas por pontuações extraordinárias nos manuscritos (cuja maior parte foi extirpada das edições correntes, por isso também os problemas, muitos, das edições críticas), de modo a indicar uma proto-espécie semiótica, manifestadas *apenas* quando lidas no palco da vida comunitária de então: “grande parte das letras coloniais eram publicadas como manuscritos, sendo realizadas como ‘obras’ somente quando oralizadas em circunstâncias oficiais, cerimoniais, polêmicas e informais” (2001: 31), o que lembra a herança ibérica da Idade Média, em muito semelhante com o que diz Paul Zumthor em *A letra e a voz*, proferindo similar reendereço à leitura das obras medievais. A circunstância das “obras”, como publicadas, interfeririam na leitura, como dissemos, e Hansen postula um exemplo importante disso: “é o contexto do códice que lhes dá sentido, em seu tempo, como elementos de um conjunto dialógico, uma espécie de polílogo intertextual, característico de sua improvisação ou declamação oral, que a disposição dos manuscritos reproduz”

(2001: 33). O códice acaba sendo lido como uma espécie de pauta, ou partitura, em que alguns elementos substantivos que motivariam as leituras contemporâneas na Colônia deveriam ser recuperados para serem efetiva e inteligentemente lidos de forma não-anacrônica.

A questão do público das obras do tempo é outro problema, visto ser realmente muito difícil reconstituir a forma como se constituía a Colônia, embora muitos esforços estejam sendo despendidos no momento. Hansen afere que o público poderia ser reconstituído de acordo com algumas categorias expostas na própria poemática, e o divide em *discretos* e *vulgares*, termos definidos em Portugal e Espanha, que sugerem critérios éticos e teológicos e, ainda, retórico-poéticos. “O discreto é o tipo caracterizado pelo engenho retórico e pela prudência política típicos de Corte divulgada institucionalmente, no Estado do Brasil, no ensino organizado a partir de 1599 pelos modelos da *ratio studiorum* da Companhia de Jesus”, (2001: 35). Por esse expediente, sabe-se um pouco mais da *forma mentis* defendida por Hansen em outro texto, que parece dirigir seu estudo até aqui. “Letrado”, diz Hansen, é termo que se vincula a caráter, está atrelado a um *éthos*, não é uma “individuação autoral”.

Perto do final de seu texto, Hansen expõe algumas formas que seriam mais pertinentes no estudo do período enfocado aqui. Retomando as categorias da mentalidade da época, é possível repensar qual era o decoro a conduzir sermões e poesias dos séculos XVI, XVII e mesmo da primeira metade do XVIII. O tempo era sentido *qualitativamente*, segundo Hansen, de modo a indicar, nesta vivência, as sùmulas da “temporalidade como emanção ou criação de Deus que inclui a natureza e a história”, (2001: 46). As categorias estudadas por Vieira estariam condicionadas ao “tempo figurado na representação dos sermões [que] subordina toda a história a si como figura ou alegoria providencialista do divino” (1997: 9). Embora não tenhamos espaço, as categorias históricas mobilizadas por Hansen mereceriam um desenvolvimento mais agudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Campos, Haroldo de (1996). Original e revolucionário. in: Folha de São Paulo, 20 de outubro de 1996, p. 5.

Dimas, Antonio. 1993. Gregório de Matos: poesia e controvérsia. in: Pizarro, Ana (Org.). América Latina: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: Edunicamp, p. 341-342

Hansen, João Adolfo. 1996. Razões de Estado. In: Novaes, Adauto (Org.). A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras, p. 135.

_____. 1997. Vieira: *forma mentis* como categoria histórica in: Voz Lusíada. Revista da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, n. 9, pp. 7-29.

_____. 2001. Barroco, neobarroco e outras ruínas in: Revista Teresa, n. 2, p. 32.

_____. 2004. A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial. Campinas: Edunicamp.

Kantorowicz, Ernst. 1998. Os dois corpos do rei. Um estudo sobre a teologia política medieval. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, p. 23.

Moreira, Marcello. 1989. *Ut pictura poesis*: análise bibliográfico-textual de dois membros da tradição de Gregório de Matos e Guerra in: Revista USP, Dossiê Brasil-Colônia, n. 57, mar.-mai., p. 88.

_____. 2011. *Critica textualis in caelum revocata?* Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Edusp, p. 62-3.

Muhana, Adma. 1998. O mundo às avessas in: Revista Cult, maio de 1998, p. 53.

Pécora, Alcir. 2001. Poeta é modelo de produção de viés satírico in: Estado de São Paulo, 16 de outubro de 2001, p. D-1.

Rodrigues, Antonio Medina. 1990. “Olhar *cool* recai sobre barroco e sátira gregoriana”, Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 1990, p. F-3.

